

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

O CONCUBINATO COMO UMA
NOVA OPÇÃO FAMILIAR

Aprovado Pelo DSS
Em 11/07/95


Catarina Maria Schmickler
Sub-Chefe do Depto. de Serv. Social
CSE-UFSC

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, sob a
orientação da professora Geney Mitika
Karawaza Takashima, para obtenção do título
de Assistente Social pela Acadêmica :

VANUZA RIBEIRO DOS SANTOS

Florianópolis, Julho de 1995

Dedico este trabalho a minha família amada, pelo apoio fundamental por todos despreendidos, em especial a minha mãe, pelo amparo nos momentos de desânimo, e a meu pai (in memoriam) por ter incentivado em mim tanto o querer como o realizar.

Agradecimentos

Agradeço profunda e sinceramente a Deus, pela forma com que orientou a mim e as demais pessoas que contribuíram para a concretização de um desejo meu, em especial:

Ao Marcos, pelo amor transmitido em todos os momentos difíceis, os quais nos alentamos juntos;

A Clara, irmã e amiga que em muitas ocasiões se propôs ao papel de mãe;

A amiga Ivanete, pelo companheirismo dividido, tanto na faculdade quanto em casa. Que sua vida evolua diariamente;

A Patrícia, a Cléa e demais colegas de estágio, por termos compartilhado um interesse comum, apoiando-nos mutuamente;

A Arlete, pela paciente dedicação durante o estágio e pelo apoio extra na elaboração deste trabalho;

A professora Geney, que providenciou com cuidado para que este trabalho se distanciasse o máximo da imperfeição.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO I - “A DECADÊNCIA DO MODELO TRADICIONAL DE FAMÍLIA E A EMERGÊNCIA DO CONCUBINATO” | 3 |
| 1.1 - Família tradicional | 5 |
| 1.2 - Educação diferenciada..... | 6 |
| 1.3 - Família contemporânea (Pós-moderna)..... | 8 |
| 1.4 - Novo papel da mulher | 10 |
| 1.5 - Do divórcio..... | 11 |
| 1.6 - Os modelos familiares predominantes frente à lei: O Casamento e o Concubinato | 13 |
| 1.7 - As implicações das relações não oficiais: direitos e obrigações..... | 22 |
| 1.8 - Providências legislativas atuais | 29 |
| CAPÍTULO II - ANÁLISE DA TRAJETÓRIA QUE ENVOLVE OS CASAIS CONCUBINÁRIOS NA ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL | 31 |
| 2.1 - Caracterizando o Serviço Social | 31 |
| 2.2 - O Serviço Social nas Varas de Família do Forum e nossa prática | 33 |
| 2.3 - A opção pelo concubinato | 38 |
| 2.4 - Análise equivalente à pesquisa | 43 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 61 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 63 |

APRESENTAÇÃO

O interesse em expandir o assunto relativo ao concubinato está condicionado pela prática voltada para as situações que surgem a partir do contexto familiar, principalmente aqueles organizados pelas freqüentes situações de casais sob regime de concubinato, durante o estágio curricular realizado no período de março de 1994 a dezembro do mesmo ano nas Varas de Família do Fórum.

Foi através da pesquisa realizada na prática que entendemos como as pessoas chegaram a tal situação, além dos motivos que as fazem permanecer nela.

Esta pesquisa vem contribuir para a atuação profissional, elaborando uma perspectiva de programação na estância jurídica.

Neste sentido, a mesma possui o cunho de identificar os princípios de comportamento que permeiam as relações concubinárias, visando contribuir para que os atendimentos à população que recorre ao Serviço Social do Fórum permitam resgatar a dignidade esquecida de uma parcela significativa da sociedade que vive à margem de seus direitos.

A grande incidência de casamentos não regulamentados pelas Leis Federais evidenciou-se sobre os demais acontecimentos oriundos da convivência grupal por ter normas e princípios divergentes do tradicional.

Identificamos, nestas considerações, motivos solícitos de um desvelamento mais acentuado envolvendo o tema.

Pretendemos com o produto do presente trabalho de conclusão de curso atingir um objetivo geral, qual seja possibilitar aos profissionais do Serviço Social uma percepção de toda situação conflitante concernente à união livre-estável, para que assim haja uma tomada de consciência, o que auxiliará na visualização de alternativas de solução.

Sendo assim, a importância do concubinato como forma de instituição familiar dar-se-á em dois momentos, que, interligados, facilitarão uma melhor compreensão deste.

O primeiro momento caracteriza o modelo tradicional de família, em comparação com as versões contemporâneas. Aduzindo, neste ponto, a família como organismo ativo sujeito a transformações, ressaltando os inúmeros fatores determinantes do seu processo evolutivo, pois não seria prudente falar sobre formas diferentes de instituir família, sem antes tecer considerações sobre a trajetória pela qual ela vem passando.

Logo em seguida, é dado enfoque aos principais modelos predominantes de família, ou seja, o casamento tradicional e o concubinato. A este último é dada maior importância, pois suas consequências como fato social trazem várias inovações ao nível de entidade familiar. Por este motivo, prepondera-se no final deste capítulo o reconhecimento da união livre- estável como entidade familiar geradora de direitos e deveres, acrescentando-se à orientação legislativa que cinge o fato, servindo esta de esclarecimento a respeito das dúvidas mais comuns, como: Dissolução de Sociedade de Fato, Divisão de Bens, Guarda de Filhos, Investigação de Paternidade e Pensão Alimentícia.

Lembra-se, porém, que com essa experiência pretendemos apenas acrescentar uma colaboração à cerca da questão, pois a continuidade dessas reflexões não se esgotam facilmente, transformando-se e renovando-se a cada dia.

Desejamos indagar sobre algumas das consequências trazidas pelo concubinato, oferecendo com isso, uma modesta contribuição neste campo.



CAPÍTULO I - “A DECADÊNCIA DO MODELO TRADICIONAL DE FAMÍLIA E A EMERGÊNCIA DO CONCUBINATO”

A família, sem dúvida, é uma instituição social tão antiga quanto a história da humanidade. Ela se movimenta num sentido dialético, sob um estado de constante transformação, marcando cada época, cada forma diferente de sociedade, dependendo de sua variação. É a base de tudo.

Se avançarmos no estudo da dinâmica da família, mais fácil será percebermos sua evolução, que não pode ser evitada, pois a natureza das relações dentro de uma família, modifica-se através do tempo, já que se sabe que nada é estático na sociedade e, conseqüentemente, a família também não seria, principalmente porque é considerada força motriz daquela.

Não restam dúvidas quanto à questão de que a família é um organismo ativo. Ao contrário deste conceito, o que se torna difícil é discernir quais os determinantes, ou seja, as inúmeras razões que levam às mudanças e formas que admitem a família, quer dizer, as condições dos fenômenos que provocam outros fenômenos, visto que as alterações no núcleo familiar refletem-se por todos os ângulos da sociedade. A industrialização, por exemplo, é a causa pela qual as mulheres partiram para o campo de trabalho no mercado, já que as máquinas substituem a força física dos homens, podendo ser manejadas pelas mulheres.

Assim, as variadas formas de edificar uma família se arrastam pelos tempos e épocas chegando até hoje, fazendo com que permaneçam as diversas experiências substitutivas da família tradicional, que serão abordadas mais adiante.

A família contemporânea tem como característica uma certa mobilidade, o que nos provoca inquietação e curiosidade em discriminarmos a este respeito.

Um aspecto que se ressalta sobre outros, quando se fala de fatores determinantes no processo evolutivo da família - dirão os estudiosos deste assunto, sem hesitação - é a situação feminina e os reflexos que provocam a socialização da mulher. Esta socialização inclui sua posição econômica, seu "status", os problemas que enfrenta para libertar-se da submissão ao homem, o preço que paga para obter sua independência financeira ao ter que laborar duplamente, em casa e fora do lar. Este é um dos principais requisitos que se reflete na família atual, ou seja, a divisão dos papéis e responsabilidades exercidas de forma desigual.

Apesar das variações pelas quais passa a instituição familiar, isto não a isenta de constituir caráter de imprescindível importância na vida de cada membro pertencente ao grupo.

"É na relação em família que acontecem os fatos mais marcantes da vida de cada um de nós: a descoberta do afeto, da subjetividade, da sexualidade, a experiência da vida social mais vivida por todos. De toda forma, pode-se dizer que a família é o espaço íntimo e privado das pessoas". (Cadernos de Ação CBIA-SP, nº 05, Dez 1994:7).

Cada família possui a flexibilidade que deseja para escolher o modelo que se encontre de acordo com sua vontade ou necessidade. Um modelo foi muito idealizado pela maioria das famílias e que podemos nos referir a ele como modelo tradicional, que segue um padrão, mas nem sempre é aquele vivenciado no dia-a-dia das famílias.

1.1 - Família tradicional

Para aprofundar o estudo relacionado ao modelo chamado tradicional, citemos Danda Prado: *“O tipo familiar tradicional é chamado extenso, patriarcal e doméstico”* (Prado, 1981:65).

Visto por muitos como um modelo que reproduz a ideologia dominante, este tem raízes no passado distante. Porém, muitas famílias buscam nele sua estruturação. Para Levi Strauss:

“O modelo tradicional é a união de um homem e uma mulher, mas por outro lado, é preciso também, que entre os dois se interponha a criança que devem procriar, de modo a expressarem sua contribuição à sociedade que lhes permitiu a união” (Debates Sociais, 1991:15).

Neste modelo o casamento unia também as famílias e nem sempre era uma decisão exclusiva do casal. Tinham que passar pelas fases do namoro, noivado, casamento e lua de mel.

Os papéis desempenhados tanto pelo homem quanto pela mulher eram bem definidos. Ele exercia o título de chefe da família ou provedor e a ele era atribuído o status da mais alta autoridade sobre a família, principalmente sobre os filhos e à mulher, que deveria subordinar-se a ele. A ela era atribuída uma dependência não só financeira, mas cultural, pois ao homem eram reservadas as atividades fora do âmbito familiar, como discussões sócio-políticas da sociedade.

A administração da casa era da competência da mulher. A ela caberia o mundo doméstico, que incluía o cuidado com os filhos e o marido, devendo oferecer-lhes apoio e até mesmo punições.

Apesar da mulher ter que refletir uma imagem de mãe amorosa, transmitir uma aparência de simpatia e fragilidade, aceitar todas as condições que o homem lhe impunha, tinha também que cumprir com atividades laborativas, e estas lhe exigiam igual esforço físico às exercidas pelo homem, com uma ressalva, o trabalho exercido por elas não era reconhecido, já

que este não era remunerado. Além disto, deveriam receber o marido e os filhos com desvelo sem evidenciar sua fadiga. Há, neste ponto, um fato contraditório. A mulher era considerada frágil, no entanto exercia atividades produtivas tão laboriosas quanto as que os homens exerciam.

Outro fator que implica o modelo tradicional é a extensão da família. Famílias grandes, com muitos filhos, que se reuniam em torno de uma casa só. A cada membro era destinada uma função. Reuniam-se com frequência e participavam de atividades em comum, sendo que o número de filhos contribuía para aumentar o resultado financeiro.

A Igreja possui grande representação neste tipo de família. Na verdade a Igreja sempre teve muito interesse em preservar esta forma familiar, tornando-se difícil dissociar família de religião. Danda Prado explana sobre esta questão da religião em relação à família, deixando clara a:

“Influência da Igreja tanto no plano social como no individual. Desta forma, a Igreja sacralizou as principais manifestações da vida familiar, como nascimento, casamento, morte, etc..., mas em troca a instituição religiosa é sustentada pela família, que lhe fornece colaboração de forma primordial ao cumprimento das práticas religiosas”. (Prado, 1981:67)

Entretanto, há autores que mostram uma controvérsia ao exporem sobre este assunto, demonstrando que a Igreja sanciona toda a infração às normas.

1.2 - Educação diferenciada

Porém, outros acreditam que, neste modelo, uma das condições era que o homem tivesse uma vida sexual intensa antes de casar-se e dar provas de sua virilidade. Desta maneira, ele agia contra os costumes religiosos que previam a castidade de ambos os sexos, costumes estes aceitos teoricamente. Na prática, esta norma seria rejeitada pelo próprio modelo patriarcal tradicional, que concedia ao homem tudo e à mulher, nada. Ela deveria aceitar como

um fato natural o homem ser “experiente” ou mesmo uma infidelidade masculina. Agindo assim, ela não perderia a segurança econômica que ele lhe proporcionava. À mulher porém, cada vez mais era reafirmado o valor da castidade.

Diante dessa argumentação, faz-se necessária uma cuidadosa observação que, para Medina, é outro forte componente neste modelo:

“A segregação dos papéis masculino e feminino. A união ocorreria após a lua de mel, onde o sexo seria o ponto nuclear da reação, em termos segregados: coisas de homem, coisas de mulher, totalmente distintas”. (Debates Sociais, 1991:15)

Este componente não deixa de ser parte de uma ideologia dominante organizada, na qual a diferenciação dos papéis masculino e feminino se dão desde o nascimento. Desta forma, ao menino é ministrado o ensino da atividade, da força, da rudeza; à menina o da passividade e fragilidade. O menino é taxado de fraco ao chorar, por exemplo. Além disto, o homem aprende desde cedo a desvincular sexo de amor. Ao mesmo tempo que pode amar uma mulher, pode também praticar sexo com outras.

Constata-se aqui uma educação diferenciada, que inicia desde cedo na infância, condicionando e definindo o papel e o comportamento de cada um, de acordo com seu sexo.

Marina Colasanti expõe seu ponto de vista quanto a este aspecto, afirmando que:

“Nossa sociedade é basicamente incoerente. Embora querendo que vivamos juntos o amor, e da forma mais simétrica possível, ela o ensina de forma diferente para homens e mulheres.” (Colasanti, 1985:23)

Esta questão ainda gira em torno de uma política que objetiva isolar em mundos divergentes homens, mulheres e filhos.

Medina sustenta a tese de que o modelo tradicional é segregado em Mundo Doméstico, para a mulher (sentimental, afetivo, de obediência), Mundo do Trabalho, para o homem (racional, calculista, de independência) e o Mundo do Casal, formado pela união de duas famílias, ou seja, cada um com seu mundo próprio.

1.3 - Família contemporânea (Pós-moderna)

Nas últimas décadas, novos modelos de família estão emergindo. As versões pós-modernas possuem princípios de comportamento que diferem radicalmente do tradicional. Essa emergência acentuou-se principalmente na década de 60 e na década de 70, com a revolução comportamental da mulher.

Não que especificamente a revolução feminina tenha sido o único fator preponderante. Houveram outros, como a crise econômica, etc... A realidade é que, no mundo contemporâneo, observa-se uma tentativa revolucionária de recusa ao que se mantinha por imposição.

As mudanças trouxeram consigo a liberdade de escolha e a igualdade entre os sexos faz-se mais próxima de acontecer, tornando o modelo tradicional de família antiquado. Agora novos valores são postos em questão, a modernização em vários setores vem acompanhada da recusa aos antigos sistemas, que se recobriam por trás de ideologias vigentes.

“As pessoas querem estar menos sujeitas a regras e mais adequadas aos desejos e necessidades de cada um”. (Cadernos de Ação - CBIA - SP, nº 05, dezembro, 1994:11)

Falamos, anteriormente, quanto à significação da família para as pessoas, de como o homem necessita viver neste grupo, de como o relacionamento é fundamental para que as pessoas atinjam a maturidade.

Porém, o que convém no momento é a discriminação dos principais fatores que levam à ocorrência das drásticas mudanças no âmbito familiar.

Observamos que o modelo padrão era elaborado pela classe dominante, ou seja, a que detinha o poder econômico e, portanto, por ela este poderia ser sustentado. Hoje, o que ocorre é que a maioria da população sofre com a forte crise econômica. Apesar do modelo padrão ainda ser visto como ideal pela maioria masculina, a realidade financeira não torna viável este ideal, forçando a busca de outros meios de união.

Um ponto que também merece uma observação cuidadosa refere-se a socialização da mulher. As mulheres iniciaram sua libertação recusando-se a ser uma propriedade masculina. Os movimentos feministas tiveram papel decisivo nessa luta pelo direito de igualdade e liberdade pessoal.

Para Heller, apesar da progressiva conquista feminina, ainda existiam fortes adeptos do modelo patriarcal de família, como a tradição de costumes e a própria religião, que retardaram a realização desta tendência geral.

Heller afirma que muitas conquistas foram obtidas pela intervenção do Estado na esfera da vida privada, o que proporcionou um progressivo reconhecimento das mulheres como pessoas, contra tese daqueles que as consideravam “objeto de propriedade”. (Serviço Social e Sociedade, agosto 1987:15)

Com essa intervenção estatal, muitos direitos foram adquiridos pelas mulheres, como a participação paritária nas eleições, pensão alimentar, a paridade no acesso à escola e ao mundo do trabalho. A questão dos maus tratos às mulheres tornou-se passível de ser punida por lei.

Além disso, a autora em pauta atribui ao “Estado de Bem-Estar Social” a causa pela perda de muitas funções da família, como a função educativa, onde o Estado assume a instrução obrigatória às crianças. Também a criação de benefícios para a gestão doméstica, que torna mais fácil e privada a função de reproduzir a vida cotidiana da família, pois agora conta com auxílio de máquinas e produtos industriais.

1.4 - Novo papel da mulher

A socialização da mulher é vista como uma mudança radical em relação ao modo de construir família. Sob esse aspecto, a socialização da mulher teve como companhia a liberdade sexual, o aumento de mulheres na força de trabalho e a liberdade de escolha. Essa liberdade de escolha fez com que a maioria dos pedidos de divórcio fosse elaborada pelas mulheres, como uma alternativa de se libertarem da dominação masculina. Isso tornou os relacionamentos mais flexíveis, onde cada um tem liberdade de sair ou entrar em uma nova relação.

Por outro lado, os homens, depois de muito reagirem para manter estacionada a ofensiva das mulheres, não obtendo resultados desejáveis, entraram no ritmo das inovações. Deixaram para trás o que se pode chamar de “arranjo de família” e atualmente buscam adaptação a tipos alternativos de convivência familiar, paralelamente às mulheres.

Em muitos casos, a independência da mulher num mundo produtivo é uma questão de necessidade para garantir sua sobrevivência e ajudar na manutenção da casa.

✕ Pode-se perguntar qual a consequência para a vida familiar desse ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, já que elas assumem dupla jornada de trabalho, consequência ainda da forma de educação tradicional.

A saída da mulher para o mundo produtivo não tem como única causa a conquista pela igualdade. A crise financeira nacional repercute na intensidade deste movimento.

Baseado no amor, o casal rompe com suas famílias, enfrentando todos os obstáculos. No entanto, este modelo possui como característica a instabilidade. Para Medina:

“Tal instabilidade não precisa ser permanente, havendo constante reorganização: achar um novo par, retornar para a família de origem, encontrar novo emprego”. (Debates Sociais, 1991:22)

Diante do exposto, pode-se entender que esta situação de instabilidade não altera o mundo individual de cada um. Os sentimentos de perda e rejeição são logo superados e preenchidos por outro relacionamento.

Há uma discussão a respeito dos filhos que não pode passar despercebida neste trabalho. Sabe-se que, com a modernização dos costumes, a mulher passa a exercer funções que antes eram consideradas masculinas e vice-versa, podendo, ambos, fazer as mesmas coisas e, na maioria das vezes, com a mesma facilidade. Em decorrência disto, o cuidado e a atenção dados aos filhos, que antes eram da competência da mãe, passam a ser também do pai.

Com a aceleração da inserção da mulher na produção coletiva, o Estado passa a assumir grande parte da educação das crianças. Em consequência, as mães não mais sacrificam sua profissão pelos filhos e eles permanecem mais tempo longe de casa, merecendo toda a atenção de ambos os progenitores. Assim:

“Assiste-se ao desmonte dos tradicionais papéis exigidos pela mulher e pelo homem na gestão e no desenvolvimento da família, tanto quanto o outro assume papéis mais igualitários no cuidado com os filhos”. (Cadernos de Ação - CBIA - SP, nº 05, dez 1994:10)

E, diante deste cenário, as repercussões sobre a relação conjugal e o casamento passam a considerar novas formas como demonstraremos a seguir.

1.5 - Do divórcio

Antes de se iniciar uma discussão mais profunda sobre o concubinato, percebemos a necessidade de se acentuar uma reflexão sobre o divórcio. A ligação deste com o primeiro tornar-se-á mais clara à medida que o texto se desenvolver.

Anteriormente ao século XX era extremamente difícil dissolver os matrimônios. Até então, a Igreja era vista como uma instituição forte. As leis civis não ousavam ir contra os princípios religiosos.


Assim, consolidou-se o modelo de família tradicional. Os casais que se uniam através de laços matrimoniais tinham suas vidas interligadas até a morte e deveriam, de alguma forma, adequar-se ao casamento, não importando, assim, o grau de hostilidade entre marido e mulher.

É sabido que o casamento provoca tensões inevitáveis e os conflitos provocam a infidelidade. O fato do divórcio não ser aprovado antigamente contribuiu muito para o aumento da taxa de concubinato, já que os desacordos e dificuldades existentes no casamento tradicional eram vistos como pouco importantes, não considerados suficientes para constituir dissolução absoluta da sociedade conjugal.

As legislações antdivorcistas, como se refere Bittencout, impediam nova união legal do homem e da mulher separados de fato, motivo pelo qual se abriam margens para as uniões concubinárias.

Em tempos atuais, o divórcio é uma realidade. No Brasil, a lei que regulamentou o Divórcio é recente. Em 1977 a lei nº 6.515 expressa a extinção do vínculo matrimonial.

Mais atual ainda é a lei 7.841 de 1989, que facilita o Divórcio. A Constituição Federal quando trata desta lei diz:

 *“O casamento civil pode ser dissolvido pelo Divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano, nos casos expressos em lei ou comprovada separação de fato por mais de 2 anos”.*

Sobre esta breve discussão, fica uma questão para ser disseminada: apesar de serem criados fatores que estimulam a legalização de inúmeras uniões que se realizam fora das leis vigentes no Brasil, por que os casais formados por um ou ambos os cônjuges separados judicialmente a mais de um ano, separados de fato a mais de 2 anos ou até mesmo divorciados não regularizam suas situações de relacionamento?

Se, antes da lei 6.515 ser aprovada, dizia-se que as próprias leis eram favoráveis às uniões livres, agora com a facilitação do divórcio a realidade sobre o concubinato não se altera

muito, pois, como constatamos na prática, durante a realização da pesquisa, a não legalização do divórcio ainda constitui um dos principais motivos para o concubinato.

É bem verdade que tornou-se fácil divorciar-se. Um exemplo pode se encontrar na obra de Basílio de Oliveira, no qual ele diz:

“O único requisito para decretação do divórcio é a prova da separação de fato do casal por dois anos, dispensando a prova da ruptura da vida conjugal”. (Oliveira, 1993:41)

Mas é verdade também que o divórcio não afasta o concubinato. Não basta crer que anteriormente à Lei do Divórcio o concubinato era mais expandido, pois além de ser um fenômeno social e fazer parte da natureza humana, há o fato de que o divórcio vem acompanhado de uma infelicidade pessoal expressiva, o que faz com que se considere um novo casamento como um erro.

Desse modo, o divórcio, ao mesmo tempo em que torna o fim do casamento mais inerente à realidade vivenciada pelo drama dos casamentos malogrados, torna também mais fácil que casais separados constituam nova relação, agora não mais consolidada pelo casamento civil, apesar das leis intencionarem facilitar a supressão do vínculo matrimonial para que as pessoas em situação irregular legalizem seus enlances conjugais.

1.6 - Os modelos familiares predominantes frente à lei: O Casamento e o Concubinato

Será que o casamento institucionalizado é a melhor maneira de se constituir família?

Há algumas décadas atrás poder-se-ia dizer com convicção que o modelo familiar predominante frente à lei era o da família fundada no casamento civil.

Em tempos atuais, o que se prepondera é a ocorrência de duas situações que se equiparam, quais sejam: as uniões livres e as legitimadas pela constituição federal.

No momento, a preocupação de todos consiste em entender porque o casamento é substituído, em grande escala, pela união livre e estável. Então, procura-se refletir sobre a questão que diz respeito a finalidade daquele.

As pesquisas revelam opinião dividida entre as famílias brasileiras, sem deixar de considerar o aumento progressivo das uniões concubinárias.

Para demonstrar melhor a expressão quantitativa deste fato social, Bittencout afirma que as estatísticas publicadas ressaltam uma elevada frequência das uniões livres no Brasil: *"Aproximadamente a metade da população vive em regime de concubinato"*. Aduz ainda o mesmo autor que, *"embora as estimativas sejam imprecisas, sociólogos autorizados podem extrair proporções aproximadas entre a união legal e a irregular"*. (Bittencout, 1980:3-4)

Apontam-se estes dados de forma a pressionar os legisladores para que se apoiem na expressão deste fato social quando forem reformular leis a esse respeito, favorecendo e reconhecendo a união extra matrimonial, assegurando a esta direitos dignos para a sobrevivência de uma família.

Muitos acreditam que os dados constatados vêm confirmar a decadência do casamento como modelo de família dominante.

O concubinato é um fato real. Se ainda é visto por muitos com certa discriminação, devemos acreditar que é devido à influência, ainda forte, do preconceito.

Bem anota Azevedo: *"O que se deve é fortalecer a família, não importando de que natureza seja ela. As condenações de caráter moralístico não são mais atuais."* E continua logo em seguida: *"A tendência geral deve ser, assim, de que, pelo respeito que se deve à família, menos se adjetive e mais se a considere."* (Azevedo, 1986:255-256)

Devese mencionar aqui que Azevedo é um autor favorável a regulamentação do concubinato. Autores que não concordam com essa assertiva afirmam ser justificável apenas o reconhecimento legal, como Bittencourt. Para este, não deve haver nada além de uma “disposição genérica” para que o matrimônio civil não perca seu valor implícito.

Com toda a transformação social vivenciada na atualidade, acentuada pelas enormes modificações das condições da vida familiar, é de se estranhar a negação do modo de se unir baseado na relação afetiva com a ausência dos trâmites legais, pois, mais do que uma opção, este modo é uma adaptação aos tempos modernos, reconhecido inclusive pela Constituição Federal, dando vitoriosa a necessidade de proteção pelo Estado a estas famílias. Mencionaremos mais adiante esta questão.

O que se deve fazer de mais sensato é eliminar de uma vez por todas os tabus que insistem em permanecer. A maioria dos juristas reconhecem o direito de cada homem constituir uma família e sua liberdade de escolher o modo de sua formação. O objetivo é a busca da felicidade.

A jurisprudência evoluiu paralelamente aos valores que acentuam as novas gerações, não se fazendo ausente dos acontecimentos que no momento dão ritmo à sociedade. Essa evolução deu-se recentemente. Há pelos menos duas décadas atrás, pouca menção destinava-se a esta matéria.

O concubinato já possui o amparo da jurisprudência, que será exibido à parte, constando as principais medidas expostas pela legislação concernentes a este regime.

No tocante às distinções entre ambas as configurações predominantes que se instituem família, seja ela lícita ou não, registram-se inúmeras razões que as diferenciam. A começar pelo conceito implícito de cada uma.

O concubinato é equiparado à união livre e estável por não obedecer a ritualização das etapas do casamento civil.

Pedrotti revela o surgimento do termo, dizendo que “*desde os romanos, ‘concubinatus’ significa estar deitado ou no leito com alguém. Por isso o termo sempre foi visto como união inferior ao casamento*”. (Pedrotti, 1994:01)

Hoje, assim é conceituado:

“Concubinato é a união estável, prolongada, pública, contínua e permanente de um homem e de uma mulher, não ligados por vínculo matrimonial, mas convivendo como se casados, sob o mesmo teto ou não, constituindo assim sua família de fato”. (Azevedo, 1986:280)

Sendo a notoriedade um dos maiores requisitos da união estável, entende-se que não se pode falar em união estável se essa convivência é simulada, oculta ou escondida. A averiguação dos dispositivos estabelecidos por esta relação é cautelosa e deve estar de acordo com os apresentados, só então o Juiz caracterizará a união.

Alguns autores, quando formularam o conceito sobre o concubinato, colocaram a fidelidade como sendo um requisito a ser cumprido somente pela mulher, porém Azevedo alega que o dever de lealdade deve ser recíproco.

Há uma discordância entre os magistrados quando é pautado se a união estável é ou não uma sociedade de fato. Alguns, que não aceitam a idéia de a comparar ao casamento entendem que sim, por isso deve ser examinada à luz do Direito das Obrigações, ou seja, do Direito Civil. Outros concordam que essa função compete ao Juiz da Vara de Família. Estes dizem ser inconcebível que o concubinato - uma relação de amor - seja enquadrada como sociedade de fato.

No Brasil, cada Estado possui sua Lei de Organização Judiciária que decide em qual Vara será julgada essa função. Muito se refere à união prolongada como sendo sociedade de fato, apesar da entidade familiar ser uma instituição do Direito de Família.

Para Oliveira:

“As questões decorrentes da entidade familiar devem passar para a alçada do Juízo Civil especializado em assuntos de família. As Varas de Família, por serem especializadas, são as apropriadas naturalmente, por quanto mais preparadas e eficientes para o trato das questões familiares, por que tem o Know-How e por que trata de matéria de família”. (Oliveira, 1993:39)

Outra caracterização a lhe ser tingida é quanto ao prazo estabelecido por lei para que seja comprovada a união de fato. O tempo para a efetivação desta união é de cinco anos consecutivos, se não houverem filhos e três anos se nesse curso advirem filhos.

Na atualidade, os indivíduos tomam seus próprios rumos. Possuem liberdade para bem escolher seu companheiro e decidir sobre a dissolução do liame quando oportuno for, fato este que é visto como uma vitória sob a dominação que os pais tinham sobre os filhos no passado.

Se em sociedades mais remotas era comum os mais velhos escolherem o cônjuge para os filhos, *“hoje com a industrialização a tendência é o enfraquecimento gradativo dos sistemas tradicionais de controle familiar”*. (Lacan, 1970:178)

O ponto central desta afirmação encontra-se no fato de que as oportunidades econômicas e políticas estão sendo oferecidas pelas instituições. Cada membro da família deseja sua autonomia e independência, em todos os aspectos, sejam eles financeiro, político ou sentimental. Não aceitam que suas famílias decidam sobre suas futuras uniões matrimoniais.

Por outro lado, resta para os pais evoluir e aceitar os comportamentos e valores que estão surgindo, ou seja, encarar a realidade familiar recente, caso contrário serão chamados de retrógrados.

Azevedo concorda com o apoio de Washington de Barros Monteiro, que lamenta ao notar “condescendência em relação ao concubinato”. Entende que os participantes da corrente

contrária ao casamento sem assinatura acreditam que este concorre indiretamente para a desagregação da família legítima.

É de se prever que o casamento será considerado ultrapassado. De fato, isto está sendo considerado por muitos, principalmente por quem não acredita no ritual do casamento e que preferem apostar no estabelecimento de uma relação afetiva, marcada pela igualdade entre ambos, independente de se seguir as regras determinadas desde o passado.

Um ponto importante a ser lembrado é referente à ruptura do casamento. Aqui pode-se destacar o pensamento de Marise Serafim, no qual ela afirma a existência de tolerância e até mesmo a legitimação da dissolução do casamento, mas continuando como “um valor fundamental” à permanência da união.

Esta aceitação da ruptura do casamento pode ter como objetivo uma maior liberdade de escolha. A partir desta referência surge um questionamento no tocante à relação tradicional que se intensifica cada vez mais: o significado do casamento está se transformando?.

A resposta a essa indagação não poderia ser contrária a sua afirmativa. A alteração está ocorrendo em vários aspectos. Muitos autores discorrem sobre os novos valores que vêm confrontar-se com os do matrimônio.

Antigamente as uniões matrimoniais eram decididas após ser considerada a ordem patriarcal, como destaca o pensamento de Trigo, citado no TCC de Marise Serafim, em que consta:

“A finalidade primeira da aliança matrimonial era a de ordem social, ou seja, de fortalecimento de grupos de parentesco e de status, preservação da herança e do poder econômico”. (Trigo in Marise Serafim, 1994:10)

A renúncia ao casamento pode se dar como forma de recusar a posse que antes a família exercia sobre seus membros mais jovens.

Não bastasse esta forma de poder, também a religião não se dissociava da família essencialmente pela dominação que exercia sobre esta. A religião era fator primordial *“em tudo que tocava a vida orgânica da família, no plano social ou individual encontrava-se o apoio da religião”*, rememora Prado. A Igreja tinha todo interesse em perpetuar a família tradicional, pois era sustentada por ela e ainda o é hoje, porém em menor escala.

Com as transformações sociais e políticas, os valores e crenças foram sendo substituídos por outros que se adequassem a realidade presente. Hoje, o casamento eclesiástico sem o registro civil, nos termos da lei, é concubinato.

Para efeito da legislação somente é válido o casamento civil. A ele é atribuído total proteção do estado, representado pelas leis. Sendo a cerimônia religiosa mero rito de tradição cultural, ela passa a ter algum reconhecimento legal se celebrada após o ato civil.

Não obstante, o casamento civil não deve ser considerado como única entidade familiar, como um depositário de uma relação duradoura e harmoniosa, haja vista que as uniões livres apresentam traços marcantes do “ser família”, tais como a coabitação ou convivência sobre um mesmo teto, os objetivos em comum, os sentimentos de amor e amizade entre os cônjuges. Sob estes sentimentos é que a relação livre é calcada, o que percebe-se ausente em muitos casamentos. Tal posição é reconhecida pelos mais liberais como constitutiva de um fato presente em nossa sociedade que se revela como forma alternativa da organização familiar.

Outra indagação que merece ser visada quando se fala em significação do casamento, diz respeito a não regularização do concubinato. Poucos regularizam suas situações, mesmo com a facilitação das leis para isso acontecer. Acreditam as pessoas na pseudo idéia de que os laços matrimoniais as farão mais felizes? O argumento não procede e sua força deriva de uma plausível afirmação do senso comum.

Colasanti, apoiada em Joseph Epstein, escreve que *“as amarras e as obrigações do casamento impedem o pleno desenvolvimento do eu”*. (Epstein in Colasanti, 1985:20)

No panorama atual, o casamento perde suas forças. Já não é mais indissolúvel. A mulher, principalmente, era a que menos interesse tinha em desfazer o enlace, pois vivia sob a proteção do esposo, dependia economicamente dele, tornando-se difícil a vida daquela que buscava sua autonomia fora do lar, pois corria o risco de ser confundida com uma “perdida”.

Bem ilustra Colasanti ao citar que:

“A mulher que deixasse o marido não merecia respeito algum. O homem que abandonasse a família era um irresponsável. Hoje casamos sabendo que a separação é uma possibilidade incluída nos percalços matrimoniais” (Colasanti, 1985:246)

Tal fundamentação evidencia uma maior consciência das pessoas sobre este efeito, levando-se a crer que a escolha errônea do par ocasionará a separação. Então, casar-se torna-se duvidoso, já que a escolha do cônjuge envolve uma variedade de conseqüências.

Todos sabem que entre os “elegíveis” é difícil reconhecer qual irá satisfazer suas necessidades de modo adequado. De certa forma, casar tem como sinônimo temor, explicado pelo medo de se descobrir mais tarde que os membros possuem gostos diferentes e concepções divergentes. Procuram assim, realizar um selecionamento rigoroso, de acordo com a realidade social em que se encontram. Também rigorosa é a escolha pela forma de união. O que acontece é que muitos adiam esse compromisso, vão convivendo juntos até descobrirem que há prioridades no relacionamento que antecedem ao matrimônio em si, como por exemplo a manutenção da vida doméstica, os filhos ou a realização profissional.

Ambos os modelos predominantes devem conter componentes que se assemelham e que são indispensáveis como base de qualquer instituição que surgir. O que difere o concubinato do casamento legal é que o primeiro não recebe da lei sua forma, normas e efeitos, enquanto o segundo “tem a vontade individual livre, somente no surgimento da relação sujeita a disciplina estabelecida pela lei”. (Levenhagem, 1980:23)

O período de convivência também pode ser o mesmo entre ambos os tipos de casamento. O concubinato pode ser tão duradouro quanto o casamento e seu término pode se dar pelas mesmas circunstâncias, exceto pela aplicação do divórcio.

A coabitação destaca-se tanto num tipo de casamento como no outro e é fundamental para que as pessoas atinjam a maturidade. O crescimento interior concretiza-se apenas quando há o outro. A maneira de eleger o companheiro para que isto aconteça é secundária. Primeiramente é suprida a necessidade natural, humana. A circunstância determina uma das inúmeras formas que os unirá, não esquecendo de que as leis naturais antecedem as leis do homem. O importante é que as pessoas saibam viver juntas, onde a ajuda, a compreensão e a tolerância sejam recíprocas, possibilitando a amizade ao longo do convívio. “*O amor mais maduro que existe é a amizade*”, já disse Evaristo Debiassi que, além de terapeuta familiar, é professor e sacerdote.

Voltando a falar sobre as diferenças apontadas entre os institutos constituidores da família, lembramos que a maioria tende a ser de malgrado. O certo é que cada vez mais eles se aproximam.

Engana-se o homem ou a mulher que imagina entrar para o regime de concubinato sem que este acarrete direitos e obrigações. O fato de que o modo de fazer família muda, não representa que o Estado se isente do dever de proteção geral aos indivíduos. Vale rememorar, neste ponto, a valia do argumento de Bittencout, segundo o qual:

“A vontade livre os uniu, não há de deixar de considerar que foi vontade de ambos. Se ambos agirem contra lei (diga-se para argumentar, porque a lei não proíbe a união), não poderá um deles prejudicar o outro na vontade livre de um só determinar a separação” (Bittencout, 1980:89)

São infundadas as afirmações de que o concubinato não gera nenhum compromisso, ou seja, que os efeitos desta relação não permanecem posterior ao seu término. Basta observar na lei que em um de seus dispositivos garante o Direito alimentar entre os concubinos.

Com exemplos nessas experiências, muitos juristas insistem que a família esteja preparada para quando vierem as desavenças.

No início do relacionamento tudo gira em torno da confiança. O casal não pensa que mais tarde podem vir a se desligarem e deixam de pensar no futuro dispensando orientações quanto aos preceitos legais.

Quando um homem e uma mulher decidem dividir o mesmo “teto”, crêem que a relação será sólida e duradoura. Não pensam em uma separação futura. Tudo o que desejam é não se submeter a tantas restrições e a um único modelo.

Entretanto, a maior parte dos casais optantes pelo desfecimento da união, chegam até o Serviço Social das Varas de Família desorientadas, principalmente as mulheres, que deixam de exigir seus direitos.

1.7 - As implicações das relações não oficiais: direitos e obrigações

Muito se comenta e, por vezes, polemicamente, sobre a evolução do reconhecimento de direitos concernentes ao concubinato. Na Europa, a sociedade tem uma visão mais ampla das relações conjugais, por isso as tornam mais comuns.

No Brasil, a evolução vem sendo bastante gradativa e ainda se discute muito questões atinentes à Pensão Alimentícia, Guarda dos Filhos, Investigação de Paternidade, Divisão de Bens, Dissolução da Sociedade de Fato, Regulamentação de Visitas, entre outros menos comuns.

Percebe-se que, não distantes desses, estão os direitos procurados por aqueles unidos de acordo com as leis civis, revelando a proximidade das duas principais maneiras de fundar família.

A família constituída formalmente à margem da lei também goza de proteção legal em inúmeras oportunidades, como as descritas acima.

Antes da Constituição de 1988, as medidas cabíveis para atender a família não institucionalizada baseavam-se em alguns artigos do Código Civil e Jurisprudências.

Atualmente, muito foi feito em termos de lei para que o concubinato tomasse o cunho que tem. O que rege as famílias não institucionalizadas está descrito no artigo 226 da Constituição Federal de 1988, onde houve alguns avanços no que se refere à proteção:

Art 226 - A Família, base da sociedade tem especial proteção do Estado.

§3º Para efeito de proteção do Estado é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a conversão em casamento.

§4º Entidade Familiar é a comunidade formada por quaisquer dos pais e descendentes.

§5º Os direitos e deveres referentes a sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e mulher.

§6º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal.

A nova sistemática constitucional referente aos princípios de igualdade jurídica com os cônjuges, além de demonstrar a preocupação em reconhecer a união estável como sendo um fenômeno social, também afirma a relação como geradora de obrigações e compromissos um com o outro.

A nova carta de 1988 eleva a união estável ao plano de entidade familiar, merecedora de apoio do Estado.

Mas, apesar de respaldado por lei, os casais informais devem observar alguns cuidados quando optarem por esta união. Quem alerta é o advogado João Leonel Machado:

“É importante esclarecer alguns pontos para que mais tarde, no caso de uma separação, o casal não se depare com problemas na divisão dos bens”. (Diário Catarinense, jan de 1995:4-5)

Não somente a partilha dos bens, mas outros desacordos causam situações desconfortantes entre ambos.

Quando os casais partem para o convívio em comum, não se preocupam em saber quais as prescrições legislativas que permeiam suas coligações.

Geralmente quando estão separando, os casais iniciam um verdadeiro corre-corre na busca para conhecer seus direitos e deveres.

Para que incidentes como este sejam evitados, são necessárias algumas precauções expostas por João Leonel Machado em depoimento ao Jornal Diário Catarinense, onde ele aconselha em primeiro lugar provar a estabilidade do casal, ou seja, a convivência “more uxório” (marido/mulher). A prova documental é o que menos dúvida deixa. Pode ser adquirida através de notas fiscais na aquisição dos bens discriminando o nome dos dois. A prova testemunhal também pode se tornar decisiva para definir um impasse.

A seguir, apresentam-se alguns esclarecimentos quanto à medidas tomadas para regulamentar benefícios dentro das uniões concubinárias:

Divisão dos Bens

A partilha dos bens será dividida em partes iguais quando ocorrer a participação de ambos os cônjuges para adquiri-los.

A Súmula 380 da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal dispõe que, se comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível sua dissolução, com partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum.

Os bens suscetíveis de se considerarem comuns são somente aqueles obtidos na vigência da convivência.

Na partilha serão excluídos os preexistentes ou posteriores à união.

A ação pode ser dirigida pela mulher, em caso de abandono; pelo concubino, quando os bens obtidos são postos somente em nome da mulher ou contra herdeiros, se ocorrer ruptura por morte.

Para que a ação se efetive é necessário provar que existiu vida em comum. A colaboração deve ser efetiva. É necessário a cooperação material.

“Se a mulher, por exemplo, fica em casa com os afazeres domésticos, ela perde esse direito”, comenta João Leonel, complementando “que a lei garante somente uma indenização por serviços prestados”.
(D.C., Jan, 1995:4-5)

A atenção deve ser maior quando o companheiro ainda estiver casado. Nesse ponto, João Leonel faz referência à lei, alegando que esta *“sempre irá defender a esposa que casou seguindo as leis brasileiras”*.

Essa afirmação pode ser constatada através do Código Civil, artigo 248, em seu inciso IV, no qual a possibilidade da mulher casada reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos por seu marido à concubina, independente dela estar ou não em companhia do marido, exceto quando este bem for próprio do marido.

Por isso, é importante estar atento à situação civil em que se encontra o cônjuge. Se uma das partes estiver casada e ainda não providenciou a separação, ela põe em risco o direito na partilha dos bens ao outro.

Direito dos Companheiros a Alimentos e à Sucessão

Ainda se discute muito se a concubina tem direito à pensão alimentícia. De qualquer modo, a lei dá o direito ao pleiteamento da pensão, desde que a convivência exista há mais de cinco anos ou que tenham filhos em comum. Se ocorrer morte do companheiro após o prazo que caracteriza o concubinato, será reconhecido à mulher o direito à pensão alimentícia.

Para que ocorra o encaminhamento da ação deve haver necessidade. Além disso, se a parte beneficiada constituir nova relação perderá esse direito.

Em relação à concubina, pode ocorrer a não aceitação do pedido, o que não acontece se houver filhos, já que a Constituição Nacional garante o pagamento de pensão aos filhos como um direito adquirido.

Em uma segunda parte da Súmula 380 do STF consta, em favor da mulher:

“O direito de receber do companheiro a retribuição devida pelo serviço doméstico a ele prestado, como se fosse parte num contrato civil de prestação de serviços, definido no art. 1.216 e seguintes do Código Civil”. (O Concubinato e a Constituição Atual, 1993:67)

Essa retribuição é garantida por lei em forma de indenização, que corresponde a um salário mínimo referente a cada mês em que ele viveu com a pessoa.

No entanto, se na ocasião da ruptura houver um *“equilíbrio econômico na situação de ambos, não há ação de um contra o outro”*. (Bittencourt, 1980:115)

O que irá justificar o montante dos serviços a serem indenizados são as circunstâncias. A situação econômica dos concubinos ditará sobre o ressarcimento.

A partir de 29.12.1994 prevalece a lei 8.971, que regula o direito a alimentos e à sucessão, a mais recente preocupação legislativa que garante direitos aos concubinos.

Guarda de Filhos

No concubinato a guarda dos filhos não difere do casamento. A regra geral objetiva o interesse da criança, seu bem estar sentimental, moral e material.

Não se encontra na lei regras especiais concernentes a esta questão. Sendo assim, subsiste a decisão judicial. Ao Juiz é outorgado o poder de regulamentação da guarda, o que exige do magistrado cuidado e bom senso.

A guarda pode ser estabelecida em acordo com os genitores,. em geral o filho fica sob posse da mãe, salvo se de tal solução advir prejuízo a ele. Se houver impossibilidade, a tutela da criança passa para o pai ou a quem os pais confiarem, desde que esta terceira pessoa seja capacitada para exercer a tutela.

Os artigos 379 e 384, II e VI do Código Civil dispõe que:

“Aos pais compete ter em sua companhia os filhos menores (legítimos, legitimados, naturais, reconhecidos e adotivos) bem como reclamá-los de quem ilegalmente os detenha”.

O Juiz possui ampla faculdade de modificar a guarda de filho a fim de proteger o interesse do menor, tomando as medidas que julgar cabíveis, caso o responsável demonstre traços de idoneidade

Em matéria de situação dos filhos perante os pais, os critérios a serem decididos constam no art. 16 da Lei de Proteção à Família, a qual requer ao filho *“uma atmosfera apropriada ao seu desenvolvimento moral e do seu melhor preparo para a vida”*. (Lei de Proteção à Família - Decreto-lei nº 3.200, de 29 de abril de 1994 in Código Civil)

Investigação de Paternidade

Sobre esta matéria cuida a lei nº 8.560, de 29.12.1992, considerada uma inovação do nosso Direito de Família. Esta lei que “*regula a Investigação de Paternidade dos filhos havidos fora do Casamento e dá outras providências*”, visa o reconhecimento voluntário de filho no âmbito do Registro Civil, seja de qualquer natureza.

Identifica-se, aqui, o “*extraordinário alcance social que vem favorecer uma vasta legião de filhos sem a paternidade reconhecida (a maioria da população carente) existente no País*”, afirma Oliveira. (Oliveira, 1989:190)

Destaca-se abaixo as modalidades de perfilhação que a nova lei cria, enfocadas pelo autor acima referido:

- Modificações na lavratura do registro de nascimento, tanto dos filhos menores como maiores;
- Proíbe e de forma inusitada, a legitimação de filhos no ato do casamento, tornando letra morta o instituto da legitimação;
- Possibilita a alteração do patrimônio materno no termo de nascimento do filho, em decorrência do posterior casamento dos pais;
- Mantém a obrigação da fixação, pelo Juiz, de alimentos provisionais ou definitivos na sentença de reconhecimento da paternidade em caso de necessidade do reconhecido;
- Faculta a ratificação dos registros de nascimento feitos antes de 30.12.1992, numa espécie de retroação benéfica.

A Lei 8.560 de 1992 aprimora a eficiência ao reconhecimento espontâneo de filho lembrando que, anteriormente, vigorava a Lei 883 de 21 de outubro de 1949 que demandava o

não reconhecimento. Analisando ambas as situações, verificamos uma gradativa evolução no reconhecimento de direitos favoráveis aos filhos oriundos de relacionamentos concubinários.

Dissolução de Sociedade de Fato

A extinção do concubinato pode se dar por uma infinidade de razões, sendo elas próximas das que extinguem o casamento. Os principais modos se dão por morte de um dos concubinos, pelo casamento de um com o outro, por simples vontade ou pelo abandono de um pelo outro.

Na última hipótese, dispensa-se a interferência jurídica. Aí está a principal diferença da ruptura no casamento. Neste, as partes sofrem sanções diretas contra a separação arbitrária, enquanto que na união livre estável os laços que os unem podem se desfazer a qualquer momento, ausentando-se a violência de indenizarem reciprocamente os prejuízos.

Se acontecer o descumprimento quanto às obrigações naturais de qualquer um dos conviventes, é de se apelar pela interferência da autoridade judicial.

Os concubinos podem optar pelo casamento, neste sentido a constituição dita meios legais incentivando-os, como por exemplo a Lei do Divórcio, que permite um segundo casamento, além de facilitar a dissolução do primeiro.

Se a causa da ruptura for ocasionada por morte ou abandono, serão reservados ao que permanecer todos os direitos adquiridos ao longo da vida em comum, como o direito de partilha e a remuneração por serviços prestados.

1.8 - Providências legislativas atuais

Em meio a toda essa discussão que paira sobre o tema, surgem diversas propostas de alternativas. Considerado como mais coerente, existe o Projeto-Lei que regulamenta o concubinato, de autoria do professor Álvaro Villaça Azevedo, o qual fundamenta o recente

Projeto-Lei nº 1.888/91 apresentado pela Deputada Beth Azize, que foi recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal tomando o nº 84 de 1994, que se encontra em tramitação no Senado. (Dados obtidos da Revista Literária de Direito, nº 4, 1995:26)

Caso aprovado, o projeto cuidará por regulamentar o Estatuto dos Concubinos, contendo em sua súmula 3 capítulos: o primeiro conceitua-o “Concubinato Puro”, ou seja, cuja convivência não é adúlterina e nem incestuosa. Citam-se para esta espécie de direitos e deveres recíprocos dos concubinos, o patrimônio adquirido, os filhos e sua dissolução. Na segunda seção conceitua-se o “Concubinato Impuro”. Este se dá quando for adúlterino e desleal. Restando para o terceiro e último capítulo a disposição geral, a qual consta que toda matéria relativa ao concubinato é da competência do Juízo das Varas de Família.

Com a aprovação desse projeto pela Câmara dos Deputados, torna-se mais real a previsão contida no parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição Federal, o qual não discrimina nenhuma forma de instituir a família brasileira.

Terminada a descrição sobre a parte teórica, falaremos sobre como se deu a prática, apresentando os limites e dificuldades encontrados no trabalho desenvolvido. Antes porém, faremos uma breve explanação sobre como se dá a intervenção em Serviço Social.

CAPÍTULO II - ANÁLISE DA TRAJETÓRIA QUE ENVOLVE OS CASAS CONCUBINÁRIOS NA ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

2.1 - Caracterizando o Serviço Social

Para que possamos compreender melhor a ligação que há entre as famílias concubinárias e a intervenção do Serviço Social, é necessário que caracterizemos este último. Com isso, veremos sua fundamental importância na vida desses usuários em especial.

✦ O Serviço Social inclui-se entre as disciplinas profissionais que interfere direta ou indiretamente na realidade social, ou seja, na resolução de problemas humanos.

✦ O Serviço Social no Brasil desempenha tarefas no sentido de auxiliar o desenvolvimento nacional, em vista da cidadania e da valorização da pessoa humana. Neste contexto, ele atua em programas assumindo experiências de intervenção por meios de métodos e técnicas.

Hoje, existe uma preocupação por parte dos profissionais em aperfeiçoar uma teoria de intervenção, pensada a partir da realidade do país. A própria expressão intervenção social tem feito parte da teoria do Serviço Social.

Anna A. Almeida apresenta diferentes acepções que caracterizam a intervenção. Pode ser entendida como uma *“expressão contínua representando o processo social de adaptação do indivíduo às estruturas sociais vigentes”*. Ou: *“Modelo que pretende ser um instrumento de análise científica e de transformação do social”*.

E ainda inclui uma terceira concepção, a qual Almeida considera a mais acertada. Esta é definida como:

“Procedimentos metódicos de um processo de ajuda psicossocial, desenvolvido num diálogo, a partir do qual ocorrer transformações inerentes às experiências de pessoas, grupo e comunidade”.

Nessa perspectiva, a maior importância é dada àquelas definições que enfocam a dimensão da mudança e desenvolvimento da pessoa.

O crescimento humano coloca ao profissional freqüentes desafios e questionamentos, causados por problemas sociais que se evidenciam cada vez mais em nossa sociedade. As crises econômicas, a pobreza e outras barreiras que impedem a evolução humana, apresentam-se diante da prática do Assistente Social em busca de soluções.

Diante dos numerosos problemas sociais, a profissão do Serviço Social enfrenta a luta de ultrapassar seus próprios limites, pois a profissão ainda se encontra em um processo de construção.

“Embora o Serviço Social como tendo alcançado status profissional, não se pode afirmar que seja uma profissão solidamente estabelecida. Numa profissão em formação como esta, que opera em área ainda relativamente indefinida, é necessário um grande esforço para fortalecer o processo de crescimento”. (Bartlett, 1976:7)

No momento atual, o Serviço Social contribui significativamente à sociedade, demonstrando com isso seu fortalecimento e a ampliação de sua prática.

Quanto à prática, o assistente social baseia-se em métodos e técnicas e no próprio conhecimento, que fundamenta a intervenção. Assim:

“O conhecimento e o valor são as prioridades, não somente da avaliação das situações específicas, como também no

desenvolvimento de longo alcance de uma profissão e sua prática”.

(Bartlett, 1976:240)

Através desses elementos, o Serviço Social oportuniza o desenvolvimento social, assegurando a dinâmica da intervenção.

A profissão do assistente social desenvolveu-se devido à necessidade de tratar de modo especial os problemas sociais, caracterizando-se por ser uma atividade técnica, relativa à melhoria das condições de vida humana.

Assim, o assistente social preocupa-se com os desequilíbrios provocados nos sistemas sociais, com as desigualdades entre os homens e com a vida social como um todo, tanto terapêutica como preventivamente.

Na verdade, *“o assistente social atua sobre os mais diversos problemas, sua prática dirige-se ao preenchimento de um campo de carência definido pela realidade”.* (Souza, 1980:98)

Enfim, o assistente social deve, em sua prática, levar ao usuário não somente aquela orientação ou encaminhamento que este veio procurar, mas torná-lo mais crítico, ciente de sua condição e, principalmente, de que pode superá-la. Em troca, pode adquirir mais experiência, pois cada ser possui uma necessidade própria. Com isto, o profissional aprende a trabalhar inúmeros tipos de situações, que oportunizam uma troca de saber entre o assistente social e a pessoa usuário.

2.2 - O Serviço Social nas Varas de Família do Forum e nossa prática

O Forum é uma instituição de caráter público e o Estado participa diretamente na sua condução. É uma instituição dedicada à prestação de serviços. O Estado, no Fórum, possui um papel significativo, pois dele partem as políticas que operam no campo sócio-jurídico, levando através da instituição o desenvolvimento social operado a partir do serviço social.

O Forum tem como tarefa principal a responsabilidade e a administração da justiça na comarca em que está localizado e julgar as questões relacionadas com as leis, zelando pelo seu fiel cumprimento.

A direção do Forum, acata ordem do Tribunal de Justiça, que é o órgão máximo do Poder Judiciário no Estado. O Forum tem caráter governamental e é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital da União, ou de suas entidades de administração indireta, criada por lei para o desenvolvimento da atividade sócio-jurídica.

O Serviço Social nas Varas de Família foi implantado em 1981, em decorrência da necessidade de serem trabalhados problemas de ordem psicossocial, apresentados por um grande número de pessoas que procuravam o Forum. Competindo ao setor jurídico o aspecto legal da situação em questão, sentiu-se a necessidade do trabalho complementar integrando o setor jurídico com o social.

O Serviço Social do Forum desenvolve seu trabalho integrado com as Varas de Família e com instituições externas como OAB, Prefeitura e Socio-jurídico da UFSC. A prática forense da UFSC tem sua integração ao Forum da Capital, no sentido de receber os encaminhamentos do Forum e garantir a atenção sócio-forense aos usuários carentes que vêm em busca de atendimento e acompanhamento jurídico e sócio-familiar.

O Serviço Social nas Varas de Família foi implantado com um cargo de assistente social. Em 1984, aberto campo para duas estagiárias, hoje existem quatro assistentes sociais e 6 estagiários.

O Serviço Social do Forum tem por objetivos:

- possibilitar às famílias em processo de desestruturação e às crianças e adolescentes alternativas de solução para a problemática evidenciada;
- orientar e acompanhar famílias desestruturadas ou em processo de desestruturação em relação aos seus direitos e deveres, como também dos papéis vivenciados na atual situação familiar;

- atender situações sócio-jurídicas específicas, esclarecendo, orientando e/ou dando encaminhamento interno ou externo à instituição;
- refletir com o usuário sua situação existencial, para que dela tenha consciência, buscando uma possível transformação da realidade.

O Serviço Social do Forum busca oportunizar formas alternativas de intervenção junto ao grupo familiar, trabalhando num processo interinstitucional, identificando e articulando recursos comunitários.

Também realiza triagem, atendimento individualizado, orientação, encaminhamento a recursos internos e externos, esclarecimentos e estudos sociais em processos.

Em relação aos encaminhamentos, é importante ressaltar a concessão da assistência judiciária às pessoas cujas a condição econômica não permitem arcar com honorários advocatícios e custas judiciais. O encaminhamento à assistência judiciária é o mais freqüente em nossa prática, visto que este atendimento é um direito fundamental do cidadão cuja renda mensal seja de até três salários mínimos, previsto na constituição.

O Serviço Social atua com problemas sócio-jurídicos ou meramente sociais, relacionados com as questões familiares dos usuários.

Por essa razão são realizados acordos entre os casais, principalmente com as pessoas que vivem em regime de concubinato, em que são acordados: pensão alimentícia, divisão de bens, guarda dos filhos, visitação, entre outros. Tais problemáticas exigiram do Serviço Social um conhecimento jurídico, onde um grande número de pessoas desconhecem seus direitos e deveres, cabendo ao Serviço Social o devido esclarecimento.

Este trabalho, que consiste em realizar acordos e esclarecimentos, é devido ao fato de que a maioria dos usuários não possuem conhecimento de ordem jurisprudencial.

Paralelamente aos atendimentos individuais e familiares, são feitos estudos sociais em processos que são solicitados pelo juiz, e têm por objetivo fornecer elementos fundamentais às decisões judiciais, pois este é o meio científico para se obter, com a investigação, através de

entrevistas e visitas domiciliares, conhecimentos e compreensão de uma determinada realidade social. Os processos mais frequentes são a transferência de guarda, a regulamentação de visitas, a guarda de filhos, a busca e apreensão de menor, a destituição do pátrio-poder, a separação de corpos, a revisão de pensão, a comunicação de irregularidades, entre outros.

As demandas atendidas pelo Serviço Social do Forum caracterizam-se por pessoas de baixo poder aquisitivo, cuja renda mensal está na faixa de 0 a 3 salários mínimos. Estas pessoas, em sua maioria, são provenientes da periferia, muitas oriundas de outras comarcas, morros e favelas da cidade. Geralmente constituem famílias numerosas, onde o casal possui de 2 a 6 filhos.

Desde que foi criado o Serviço Social do Forum, percebemos durante o tempo que passou a crescente busca por este tipo de serviço. Este fato é devido ao aumento populacional, originário do êxodo rural que foi criado pela ilusão de melhores condições de vida nas cidades, além da falta de apoio aos produtores do meio rural. Estas pessoas foram instalando-se na periferia urbana, o que proporcionou condições subumanas de sobrevivência. Estas condições implicam, como diz Abranches:

“Em consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte, não podendo cuidar senão da mínima persistência física, material, sobrevivem por um triz e não podem atuar como cidadãos integros, tornando-se fracos politicamente e mais dependentes”. (Abranches, 1987:46)

O nível cultural desta demanda é precário - 60% das pessoas que vêm em busca de atendimento no setor não completaram o primário.

No aspecto religioso, as pessoas usuárias do Serviço Social cultuam diversas religiões. As mais frequentes são a Católica, a Assembléia de Deus, a Protestante, entre outras.

Possuem, ainda, mão de obra desqualificada, o que dificulta sua absorção no mercado de trabalho e, assim sendo, passam a viver de subempregos (cortadores de grama, recolhedores de papel, lavadores de carros, engraxates, servente de pedreiro, faxineira) ou, ainda, vivem a

total falta de emprego, sofrendo as conseqüências do modelo econômico vigente, como por exemplo em nossa cidade, que possui o maior índice no preço da cesta básica do país. Enquanto isto, cada vez mais cresce o número de pessoas em busca de recursos em nosso setor.

O maior índice de procura pelo Serviço Social do Forum é de mulheres. Normalmente, elas exercem atividades como diaristas, empregadas domésticas, faxineiras e outras. Entre os homens as atividades desenvolvidas são as de pedreiro, biscateiro, garçon ou similares. Em geral, são autônomos.

Porém, não são somente os pais que sofrem as conseqüências do trabalho não qualificado. Percebemos que os filhos também são atingidos. Uma grande parte dos filhos das pessoas que procuram o Serviço Social são repetentes na escola e muitos não chegam a continuar os estudos, pois tiveram que ajudar na renda familiar, realizando biscates (lavando carros, vendendo amendoim, pastel) ou, ainda, pedindo dinheiro pelas ruas de nossa cidade.

Frente aos fatos expostos em relação à demanda, percebemos que a busca de recursos, principalmente jurídico gratuito, não se resume somente a problemas de ordem econômica, mas está relacionado também com a forma com que essas pessoas vieram a situar-se na sociedade até chegarem em suas situações de vida.

E é neste sentido que o profissional deve descobrir estratégias políticas, alianças e táticas em ações possíveis no âmbito do espaço profissional.

O que nós percebemos, em nosso campo de estágio, é que as pessoas não se casam porque existe a contradição de valores, pois cada pessoa possui seus próprios valores, além daqueles determinados pela sociedade.

Diante disto, ao atendermos cada um que nos procurava, procurávamos compreendê-lo dentro da visão que eles possuíam, fazendo um trabalho de conscientização.

Neste aspecto, identificamos algumas dificuldades devido à dimensão de casos que surgiam, reconhecendo também nossos limites de resolver certas situações, aliados a carências

de recursos materiais ou políticos oferecidos pela própria instituição, principalmente em relação às famílias não-institucionalizadas, que menos proteção recebem do Estado.

Para melhorar esse quadro, seria necessário ampliar os recursos oferecidos, pois acreditamos serem restritos e isentos de novos programas que possam possibilitar a essas famílias melhores condições de vida.

Muitas decisões já vêm determinadas pela instituição. Isso significa que tínhamos maior necessidade de refletirmos o momento e sua realidade.

Na realidade prática, o trabalho é realizado por etapas. Há um primeiro contato com a pessoa - quanto esta procura determinado serviço. Neste momento inicial, procuramos identificar os vários ângulos do problema apresentado. Logo em seguida, refletimos sobre o caso colocado para que, num segundo encontro, mostremos uma provável solução. Em alguns casos são necessários outros retornos, quando há a necessidade de um acompanhamento.

Assim se procedeu nosso posicionamento diante das pessoas concubinas, sempre buscando levar à prática os valores de ordem profissional que fundamentam as ações tomadas.

2.3 - A opção pelo concubinato

A questão sobre a união não institucionalizada originou uma preocupação acentuada a partir da freqüente situação junto ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social do Fórum, integrado com as Varas de Família.

Há, neste ponto, a necessidade de se inserir o total demandado pelo Serviço Social num contexto maior, lembrando que há hoje em Florianópolis cerca de 65.484 famílias que se englobam nas 1.164.613 famílias existentes em Santa Catarina perfazendo 38.002.452 famílias no total nacional (dados obtidos pelo IBGE).

O Serviço Social nas Varas de Família atende a uma demanda que se aproxima de uma média de 300 pessoas durante o mês. Destas, 150 se incluem nas famílias as quais são

prestados atendimentos que necessitam de retornos e acompanhamentos. O restante faz parte dos encaminhamentos realizados pelos profissionais que ali atuam prestando serviço de assistência judiciária gratuita.

Não detectamos precisamente o número de concubinato em relação aos encaminhamentos, pois estes dispensam especificidades em seus registros. Porém, chegamos a uma média aproximada de que 45% das famílias atendidas no setor vivem sob o estado concubinato, ou seja, de 150 famílias, 67,5 não possuem registros civis.

Nossa pesquisa envolveu 28 concubinatos. Esta quantidade não ultrapassou este número devido à distribuição dos atendimentos pelos demais profissionais atuantes no setor. Além disso, sentimos que as pessoas demonstravam constrangimento ao expor a forma de seus relacionamentos.

No desenvolvimento das atividades exercidas no estágio curricular ao longo do ano de 1994, percebemos o elevado número de famílias caracterizadas sob o regime de concubinato. O número de concubinos cresce dia após dia, despertando nossa preocupação e a atenção de todos por obedecer normas que fogem do condicional. Esta mudança de valores faz com que se repense a família e sua estruturação.

Surgiu, assim, o interesse em transformar esta hipótese truística numa investigação exploratória valiosa, buscando assimilar quais os elementos deste fato social e, precisamente, quais os pontos de impacto deste nos vários setores da vida familiar e, consequentemente, da sociedade.

Na verdade, a família representa uma área de prática para o assistente social porque ela se relaciona com uma estrutura social mais ampla.

Uma indicação que demonstra essa relação pode ser exposta através de números fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os quais nos revelam que o número de famílias no Brasil aumentou de 33.957.812 em 1989 para 38.002.452 em 1990. Porém o que nos incita a curiosidade é que o número de casamentos civis registrados diminuiu de 827.928 em 1989 para 775.239 em 1990. Esta diminuição acentuou-se mais ainda em 1991,

quando os registros demonstraram que 31.823 novos casamentos deixaram de ocorrer em relação ao ano anterior.

Como os números enfatizados estão em nível nacional, refletem-se também em nosso estado e em nossa cidade. Em Santa Catarina, tínhamos 28.987 registros civis em 1990, já em 1991 houve uma queda para 27.382 casamentos registrados para 1.164.613 famílias.

Em Florianópolis, a situação não é diferente. Para 65.484 famílias existentes, ocorreram 1.349 casamentos civis em 1990 e diminuindo para 1.305 registros em 1991.

Quando falamos em total de famílias, surge a necessidade de se revelar que, na pesquisa realizada pelo IBGE, não é levantada a questão da família ser ou não formalizada. Desde que viva como tal, é considerada.

Considerando que o número de famílias formais ou não em nível nacional teve um acréscimo lógico demonstrado pelo IBGE e, em contraposição, o número de casamentos civis decaiu, em um mesmo período, chegamos à conclusão de que o número de famílias em concubinato aumenta a cada ano que passa. Isto nos diz que, hoje, as pessoas estão preferindo outras formas de instituir suas famílias, diferentes da tradicional.

Uma conclusão que merece ser levada em consideração neste aspecto é quanto à socialização da mulher, que está estritamente ligada ao aumento de concubinatos. Acontece que hoje, a mulher se tornou mais independente, principalmente no aspecto financeiro, onde ela participa mais ativamente no mercado de trabalho. Se antes casava para manter-se, ou seja, como forma de sobrevivência, atualmente possui mais condições para sustentar-se sozinha. Então, faz uma recusa ao casamento que, em muitas vezes, a tornou submissa.

Estas mudanças enfraqueceram e ainda enfraquecem a formação da família tradicional. Apesar disto, percebemos que alguns valores encontram-se bastantes arraigados, como a diferenciação na educação, que ainda predomina.

O não aprofundamento deste tema implicaria em ignorar grande parte das famílias que não são oriundas de casamentos civis, ou seja, dentro do total de 150 famílias atendidas por

mês no setor de Serviço Social das Varas de Família, aproximadamente a metade vive em regime de concubinato. Ao contrário, essa é uma questão que ocasiona urgência em incumbir ao profissional um trabalho voltado a estas famílias que lutam em busca de reconhecimento perante à sociedade civil organizada.

Foi pensando no papel de extraordinária valia que esta pesquisa teria a todos os profissionais atuantes na área, que realizamos o presente Trabalho de Conclusão de Curso, pretendendo que ele se estenda a alunos que, futuramente, venham a se interessar pelo tema.

Diariamente, pessoas que convivem sob formas não-tradicionais, como a união livre e estável, procuram atendimento junto à Justiça para sanar respostas a seus problemas de relacionamento. Portanto, vêm em busca da defesa dos seus direitos.

Eis aqui o motivo do assistente social estar preparado para contribuir esclarecendo o sentido das normas constitucionais, tornando-as claras para inúmeros indivíduos carentes de recursos, que esperam resgatar a dignidade e cidadania.

Outra característica que influenciou o desenvolvimento desta proposição foi a escassez de estudos a seu respeito na área social, apesar de sua importância como fato social e forma de organização familiar.

As indagações suscitadas ainda na elaboração do projeto desta pesquisa é que revelaram a necessidade de compreendermos melhor as relações conjugais fora do casamento civil.

As respostas para tais questões deram-se no Serviço Social das Varas de Família através de entrevistas não-estruturadas. Na visão de Gil, a entrevista é “*entendida como uma técnica de interrogação que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde*” (Gil, 1991:90)

A forma adotada nesse trabalho, ou seja, a entrevista não estruturada, caracteriza-se pela ausência de uma relação fixa de perguntas. Elas foram utilizadas como instrumento de

coleta de dados que aconteceram individualmente na maioria das vezes. Em poucas ocasiões, o casal participou das entrevistas.

A coleta de dados se efetivou nos períodos de setembro, outubro e novembro de 1994.

O constrangimento em depor sobre os motivos que os levaram a optar por tal relacionamento, dissipava-se no decorrer da entrevista, por esta apresentar maior flexibilidade quanto à forma.

Num período de três meses, os quais coincidiram com a presente pesquisa, procuraram pelo setor de Serviço Social do Fórum uma média de 200 pessoas que vivenciaram ou vivenciam o concubinato como meio de construir família, num universo de 450 famílias que receberam atendimento e acompanhamento. Isto sem considerarmos os casos de encaminhamentos a advogados e instituições externas, pois nossa pesquisa se deteve nas famílias que obtiveram acompanhamento pelo setor.

O ponto central de toda construção especulativa desta pesquisa foi levantado através das seguintes questões norteadoras:

- Por que as pessoas optaram pelo concubinato?
- Quais os padrões de comportamento destas pessoas?
- As pessoas ainda desejam reproduzir a família idealizada pelo casamento tradicional?
- O que sabem quanto ao amparo jurídico?
- Até que ponto as mulheres, na busca pelos seus direitos, defrontam-se com a realidade caótica dos pais de seus filhos?
- Como é vista a religião no concubinato?
- Por que não se casam legalmente?

Havia, como estagiária, uma preocupação em obter um perfil das famílias em concubinato. A partir dessas questões norteadoras, pensamos em contribuir para isto.

2.4 - Análise equivalente à pesquisa

TABELA I

MOTIVOS APONTADOS PARA A ESCOLHA DO CONCUBINATO

| Motivo da Opção | Quantidade de Pessoas (%) |
|--|----------------------------------|
| Divórcio não-legalizado no 1º casamento | 25 % |
| Insegurança | 21,42 % |
| Falta de estrutura financeira | 14,28 % |
| Gravidez | 14,28 % |
| Pouca idade | 10,72 % |
| Evitar a burocracia imposta pelo casamento | 7,15 % |
| Fuga (por falta de apoio familiar) | 7,15 % |
| Total | 100 % |

Fonte: Serviço Social das Varas de Família - Forum da Capital

Muitas são as razões que contribuem para esta forma de união. Certamente as circunstâncias do momento agem como fator decisivo na hora de escolher o tipo de união que os ligará.

Clarividenciamos que o que leva os casais a preterirem o casamento em prol da união estável está diretamente ligado à maneira de como as pessoas vêem as diferenciadas formas de instituir família.

Durante a prática desenvolvida no estágio, os usuários apresentavam os motivos pelos quais preferiam as uniões concubinárias. Estes podiam variar desde a preocupação em economizar e evitar a burocracia que envolve um conjunto de formalidades impostas pelo casamento, até a simples razão ditada por sentimentos pessoais.

Cada casal demonstrou ter suas próprias necessidades para decidirem por morar juntos. Muitas vezes essa decisão é imposta às pessoas, como por exemplo aqueles que não se casaram porque um dos companheiros não se encontrava divorciado no momento em que houve a união. Porém, o que constatamos é que mesmo separadas, as pessoas não arriscam formalizar um novo casamento.

A tabela anterior evidencia as mais fortes causas que levam os casais a se decidirem pelo concubinato. A causa principal é a ligação ao 1º casamento. Essa ligação se dá no sentido de que as pessoas constituem novas relações conjugais, sem concluir a separação judicial do 1º casamento, impedindo, assim, que ocorra a legalização de um segundo casamento.

O advento tardio do divórcio no Brasil pode servir como uma justificativa para este feito, apesar do esforço cometido pelos legisladores em facilitar o Divórcio e, conseqüentemente, a conversão do concubinato em um 2º casamento regido pela Constituição.

Fatos similares a este mostram-se nos depoimentos daqueles que procuram a Justiça como última instância, ou seja, evitam transações ligadas ao Judiciário pelas conseqüências que acarretam.

Na verdade, muitos são os que procuram se esquivar da burocracia judicial. O casamento a impõe e acaba fazendo com que algumas pessoas passem a viver como marido e mulher sem que para isso necessitem “assinar algum tipo de papel”:

“Para mim um bom relacionamento abrange sinceridade e fidelidade. Enquanto há isto, há amor e carinho, está bom” (M.R., 30 anos).

“Quando duas pessoas se amam, não importa como se uniram” (S.K., 20 anos)

“Muitas pessoas vivem bem, sem casar. Eu acho que o importante é a confiança”.
(E.B., 18 anos)

“O bem casado é aquele que bem vive. O que importa é um bom relacionamento”.
(C.J., 31 anos)

Para Heller:

“A contribuição de uma vida pautada na felicidade é, portanto, um compromisso de cada ser humano e mais especificamente da família enquanto grupo voltado para tal fim”. (Serviço Social e Sociedade, agosto, 1987:7)

Analisando os itens expostos na Tabela I, verifica-se que, apesar dos conviventes pautarem sobre a tolerância, a compreensão e ajuda recíproca, existe entre alguns o receio de que a relação não dê certo, ou seja, a contradição entre os desejos e necessidades de cada um podem ferir a união.

A insegurança de que o relacionamento se instabilise provoca o concubinato.

A questão centraliza-se na “experiência”. Em outras palavras, isto quer dizer que alguns casais preferem permanecer por um período compartilhando suas vidas, ao mesmo tempo em que testam seus limites, vontades e desigualdades, a fim de obter a certeza de que a vida a dois dará certo:

“Não me casei porque queria ter certeza que daria certo. Para conviver e ver como seria juntos”. (M.L.F., 28 anos)

“Eu tinha medo de não dar certo, mesmo porque ele não podia casar porque estava no exército”. (M.E., 18 anos)

“Não casamos por medo de não dar certo e também por falta de dinheiro. Pra que casar agora? E se tiver que separar depois?”. (O.S., 20 anos)

Experiências vividas por pessoas próximas que iniciaram a vida a dois unidas por um casamento cheio de afetividades, porém mais tarde romperam, auxiliam para aumentar o temor em relação ao fantasma da separação que ronda qualquer célula familiar - quem já não presenciou a separação entre parentes ou amigos?

Existe já generalizada consciência de que o número de separações judiciais começou a aumentar, enquanto o número de casamentos em cartório diminui.

Estes dados associam-se a situações vivenciadas na prática, onde as pessoas preferem o concubinato também pela facilidade de desfazê-lo, já que não é necessário passar pelos trâmites legais. O consenso entre ambos basta:

“No concubinato é mais fácil os casais separarem, porque não há burocracia na legalização, tanto para o casamento quanto para a separação”. (M.P., 28 anos)

“Se acabar o que há entre nós, será mais fácil levar a vida normal, com menos cobrança”. (O.S., 20 anos)

Ocupando a 3ª posição na tabela I, está a gravidez como motivo de união livre-estável. Apesar do assunto ser pouco abordado, não deixa de ser merecedor de atenção, pois aborda o despreparo e a desinformação que atua sobre uma parcela da sociedade, em especial os jovens, que vivem em pleno panorama moderno, onde está em alta discutir os métodos anticoncepcionais.

A gravidez dificilmente proporciona um relacionamento feliz e maduro, porém é apontada como marca inicial de uma família, o que se deve ser considerado.

Pode ser vista como um descuido causado por ingenuidade e ignorância, ou como uma maneira de consolidar uma convivência que não é aceita pelos pais:

“Meus pais não aceitavam. Engravidei e por isso fomos morar juntos na casa do pai dele”. (C.P.S., 31 anos)

Destaca-se, ainda, a falta de estrutura financeira, que pressiona os envolvidos a adiarem um possível casamento civil. Em algumas situações, este adiamento perpetua-se, levando as pessoas a conviverem por longo anos sob o casamento de fato.

João Leonel Machado, advogado da Vara de Família e professor da UFSC com vasta experiência na área da família, recentemente incitou que entre os motivos oferecidos pelo concubinato está “a preocupação em economizar”. Apontamento este que corresponde aos dados depreendidos na presente pesquisa. Cita-se como exemplo os depoimentos que seguem:

“Não casamos por falta de dinheiro. Mais tarde, talvez, a gente case, quando tiver adquirido mais coisas”. (O.S., 20 anos)

“Ela engravidou e como não tínhamos condições financeiras para casar, fomos morar juntos na casa do meu pai. Nós brincamos com a sorte, porque não estava nada estruturado, mas era apaixonado por ela”. (A.M.O., 30 anos)

Revisando a Tabela I, vemos que, igualando em termos de porcentagem com o item estrutura financeira, está o motivo da pouca idade atingida no momento da união. Vale lembrar neste ponto que, não somente os casais mais jovens caracterizam o concubinato, mas pessoas de todas as idades o praticam.

Nos depoimentos abaixo, ressalta-se a indução por razão da pouca idade que acaba transformando em concubinato qualquer união que venha a se fundar:

“Ele não quis casar, era muito cedo para assumir um compromisso mais sério”. (T.G., 26 anos)

“Eu era muito nova. Na minha idade achava que não podia casar, pois eu tinha 13 anos, mesmo assim queria assinar papel, apesar dele não querer”. (M.A., 17 anos)

“Tinha 15 anos quando me juntei. Ai engravidei, e o pai dele queria que ele alugasse uma casa para a gente morar, nem pensamos em casar”. (M.E., 18 anos)

No Código Civil, quando o capítulo 1 se refere às formalidades matrimoniais, diz, em seu artigo 180 que, além da certidão de idade e declaração do estado e domicílio, é necessário a autorização das pessoas sob cuja dependência legal estiverem os menores de idade. Este

artigo poderia passar despercebido por muitos, em se tratando de concubinato, não fosse o índice considerável de adolescentes que se unem antes de completar a maioridade ou decidem pela fuga. Isto acontece geralmente por quererem evitar o controle dos pais sobre suas escolhas.

TABELA II

O CONCEITO DE FAMÍLIA NAS VERSÕES DOS CONCUBINOS

| Concubinato constitui Lar | Índice de propensão |
|---------------------------|---------------------|
| Sim | 92,85 % |
| Não | 7,15 % |
| Total | 100 % |

Fonte: Serviço Social das Varas de Família - Forum da Capital

Dos entrevistados, 92,85 %, isto é, a maioria, discordam que a base da família esteja construída solidamente somente perante o casamento tradicional. Se antes as famílias eram articuladas através do casamento, hoje não há essa exigência. Há, sim, formas alternativas de consolidar a instituição familiar, sem esta deixar de ser uma das mais importantes instituições da sociedade.

Para estas pessoas, a família tem muita importância em suas vidas e o que realmente possui significado imensurável é o afeto que as vincula.

Durante as entrevistas, as pessoas procuravam falar e agir como se fossem casadas. Referiam-se aos companheiros chamando-os de marido ou esposa.

Como já foi salientado, o concubinato e o casamento aproximam-se em vários aspectos, caracterizando-se como o principal deles a convivência sob o mesmo teto. Dividir as tarefas, as preocupações com os filhos e com a casa, apostar na confiança mútua a ponto de se juntar, além de outros atributos da vida em comum, não deixa de caracterizar uma família. No tocante a esta questão, as respostas foram direcionadas no seguinte sentido:

“Acho que tanto o casamento quanto a união livre têm os mesmos direitos. A partir do momento que ele aceita viver comigo, passo a ter os direitos de mulher casada”. (M.R., 30 anos)

“Tendo amor, filhos e um pouco de dinheiro, é suficiente para existir uma família. Não é necessário casar”. (M.A., 28 anos)

“Família pra mim é quando os dois se entendem e conversar, quando cuidam juntos dos filhos, sem brigar muito. Lá em casa a gente briga de vez em quando, mas isso tem em qualquer família”. (S.K., 20 anos)

É difícil encontrar pessoas que possuem filhos em comum morando na mesma casa durante um longo período e mesmo assim não reconhecerem que estão fazendo parte de uma autêntica família. Podem ter este tipo de visão aqueles que nunca passaram pela coabitação juntos, sem quaisquer formalidades.

Tenhamos presente, segundo a lição de Azevedo, que:

“Essas uniões de fato, como tudo que resulta das ações humanas, devem ser encaradas com a maior seriedade, pois fazem nascer uma família, que, indene de formalismo, existe no meio social merecedora do reconhecimento legal e do respeito da sociedade”.(Azevedo, 1986:12)

TABELA III

REDA PER CAPITA FAMILIAR

| Renda Familiar | Índice de Propensão Salarial |
|---------------------|------------------------------|
| Menos de 3 salários | 67,85 % |
| Mais de 3 salários | 32,15 % |
| Total | 100 % |

Fonte: Serviço Social das Varas de Família - Forum da Capital

No que se refere à renda per capita familiar, constata-se, através da Tabela III, que 67,85%, uma percentagem que totaliza a maioria das famílias que participaram desta amostragem, sobrevivem com até 3 salários mínimos.

Estas considerações preliminares sugerem que os usuários com condição financeira menos favorecida são os que mais procuram o atendimento junto ao Serviço Social Forense.

A revelação dos números mostrados nesta oportunidade condiz com o contexto geral:

“Se considerarmos que 73% da população economicamente ativa do país, sobrevive com rendimentos de até 2 salários mínimos ou sem nenhum rendimento e que, dentre os ocupados, 49,4% não possuem vínculo previdenciário, sendo que 26,9% não se mantêm com vínculo regular de trabalho, pode-se pensar na hipótese de que essa maioria de brasileiros integram o grande contingente de pobres que partilham 0,6% da riqueza social do país”. (IBGE in Debates Sociais, 1991:53)

Neste contexto, percebe-se que a gravidade deste quadro de pobreza assistido pelo Serviço Social constitui preocupação no sentido de que a disparidade econômica influi na mudança de construir família.

Constata-se na Tabela I casos em que não se realizou o casamento civil devido à péssima situação econômica dos casais.

A satisfação das necessidades de cada um é completada quando se juntam os rendimentos e o consumo ocorre em comum. Alguns ainda contam com auxílio de parentes ou amigos:

“Ele não ganha muito bem. A minha irmã é que compra o leite da criança. Esse dinheiro ela poderia fazer outras coisa, mas sabe que conto com a ajuda dela até que minha situação melhore e meu marido comece a trabalhar. Meu irmão também ajuda, não está faltando nada para nós. A casa é pequena, de madeira, mas vamos aumentar mais tarde”.
(C.M., 31 anos).

O que pretendemos aqui é demonstrar que o concubinato atinge todas as classes sociais, porém se sobressai nitidamente na população assalariada.

O trabalho, para a maioria dessas famílias, consiste em ocupações que, no geral, não requerem qualificação profissional.

A mulher está mais ligada às atividades no lar, seja através de vínculo empregatício ou não.

“A principal função da mulher era a de reprodutora da espécie e de mãe. Hoje, ela é muito mais uma sócia familiar do marido”.
(Meirelles, 1991:72-73)

O casamento era visto antigamente como indissolúvel e insubstituível, onde cabia à mulher a responsabilidade pela sua manutenção e ao homem, apenas cumprir com o sustento dos membros do lar.

Na realidade, o papel da mulher no mundo do trabalho tem sido significativo no sentido de reforçar a renda familiar. Também ocorrem casos em que a mulher é a única provedora do

sustento da família. O seu trabalho garante, até certo grau, a satisfação das necessidades de cada um:

“A maioria do tempo em que estamos juntos, fui eu quem tive que trabalhar, pois ele está sempre desempregado. Às vezes faz algum biscate”. (R.S., 25 anos)

Porém, através do material coletado tem-se conhecimento de que ocorrências como esta ainda são minoria. Reafirmando os dados obtidos na pesquisa, boa porcentagem dos homens exercem algum tipo de atividade remunerada, mesmo com baixos rendimentos.

Dentre as atividades mais exercidas incluem-se as de diarista ou faxineira, que aparecem em primeiro lugar, o de pedreiro, em segundo, e o de biscateiro, em seguida. Essas atividades são as preferidas por aqueles que se valem da prática de trabalho informal que não dependem de qualificação profissional.

TABELA IV

2ª EXPERIÊNCIA CONJUGAL

| 2ª União | Índice de Propensão à 2ª União |
|-----------------|---------------------------------------|
| Sim | 28,57 % |
| Não | 71,43 % |
| Total | 100 % |

Fonte: Serviço Social das Varas de Família - Forum da Capital

A questão aqui abordada sobre a propensão dos entrevistados de aderirem a uma nova união pode ser considerada por ocasião da instabilidade incidente sob o panorama dos casais atualmente. Esta instabilidade é que permite aos indivíduos uma maior liberdade para entrar e sair de um relacionamento, sem que, para isso, necessitem do aval legislativo.

Nestas famílias, ou seja, 28,57% do total, percebemos uma certa flexibilidade, pois a decisão de se unir é questão exclusiva do casal. A intenção é de permanecerem juntos enquanto a relação estiver sendo conveniente. Fica subentendido que os membros não assumem responsabilidades um com o outro, exceto com os filhos.

Apesar desta união ser assim considerada por poucos, os conflitos na hora de partilhar os bens não deixam de acontecer. Liberdade sim, mas com responsabilidade para assumir as obrigações oriundas da união.

O que toda sociedade deve observar profundamente é que:

“O concubinato é um fato social que existe e que deve ser destinatário de proteção, família que vive com os mesmos anseios da legítima, com o mesmo senso de moralidade”. (Azevedo, 1986:106)

Entretanto, 71,43% dos entrevistados vivem a primeira experiência conjugal, demonstrando, com isso, acreditarem no amparo à união livre que o Estado fornece. Embora a proteção à união regularizada através das leis seja especial, pondera-se que, não sendo cumpridas as responsabilidades exigidas por uma família, mesmo sob forma ilegítima, haverá a intervenção jurídica, pois como diz Azevedo:

“A maior missão do Estado é a de preservar o organismo familiar, sobre o qual repousam suas bases. Cada família que se desprotege, cada família que se vê despojada a ponto de insegurar-se quanto à sua própria preservação, causa, ou pelo menos deve causar, ao Estado, um sentimento de responsabilidade, que clama por uma recuperação”. (Azevedo, 1986:260)

Cabe ressaltar aqui que não se deve confundir o concubinato que se caracteriza uma família de fato, com ligações desleais ou adúlteras, onde há liberdade excessiva, e os conviventes não se prendem a quaisquer deveres, buscando manter sua sagrada independência.

Acrescenta-se, ainda, um fato já mencionado anteriormente, no qual a maioria das pessoas que foram casadas não regularizam suas uniões posteriores. Este quadro se assemelha aos depoentes da presente pesquisa, que passaram por situações similares.

As causas deste fato podem variar entre a decepção matrimonial, devido a uma relação conflitiva, ou uma separação traumática, seguida por brigas e disputas, descaso em passar pelo mesmo processo burocrático matrimonial e o medo de repetir um possível fracasso.

TABELA V

DIREITOS E DEVERES NASCENTES DESTA UNIÃO

| Conhecem as Leis | Índice de Propensão ao Conhecimento |
|-------------------------|--|
| Sim | 25,00 % |
| Não | 42,30 % |
| * Em parte | 32,70 % |
| Total | 100 % |

* em parte: não conhecem totalmente as leis, mas sabem que acarreta direitos e obrigações.

Fonte: Serviço Social das Varas de Família - Forum da Capital

Em geral, os entrevistados não têm conhecimento de seus direitos e deveres. O que sabem a respeito das leis que permeia a união de fato não corresponde ao essencial. É muito comum observarmos casais em situações concubinárias que não se interessam por saber sobre o regulamento do regime no qual se encontram. Este interesse torna-se mais claro ainda, a partir do momento em que procuram o Serviço Social do Forum expondo dúvidas sobre questões básicas em qualquer forma de relacionamento, demonstrando, com isso, uma total desinformação.

Ocorrem muitos casos em que vizinhos ou amigos comentam suas experiências, transformando-se em únicas fontes de informações legais, como exemplifica o relato:

“Eu não sei muito não. Eu sei que ele tem que me dar 20% de pensão e minha parte. Prefiro que ele dê para o neném. Foi minha vizinha quem me falou, porque já aconteceu isso com ela. Ela disse que se o ex-marido não pagar pensão, não pode ver o filho”. (M.A., 36 anos)

A falta de tempo e contato entre as pessoas que estejam envolvidas nesta área aumentam ainda mais o descrédito pelo problema.

Entre os 42,30% que se encontram em completa ausência de conhecimentos quanto à regulamentação jurídica que norteia essa forma de união, existem aqueles que chegam a ter concepções absurdas, como:

“Achamos que não tem validade nenhuma. E se acabar a relação, cada um vai levar a vida normal, como se nada tivesse acontecido”. (O.S., 20 anos e S.P., 19 anos)

O direito sempre preservou proteção a todo fato social que reclamasse regramento.

É importante afirmar que a família de direito possui maior proteção, mais isso não retira do Estado o dever de fornecer as mínimas garantias ao relacionamento familiar de fato. No início da vida compartilhada, os casais apostam tudo na confiança, sem uma preocupação com os preceitos legais.

As mulheres, são as que mais abrem mão de seus direitos, por desconhecê-los. O que elas sabem, geralmente diz respeito aos filhos, como nos relatos a seguir:

“Sobre pensão? Isso eu sei, mas eu não quero nada, só paz”. (R.M., 38 anos)

“Eu acho que se eu fosse casada, teria direitos”. (M.L.F., 28 anos)

“Meu filho tem direito à pensão. Meu marido disse que eu não tenho direito a nada e que vou perder tudo se sair de casa. Por isso eu tenho medo”. (V.F., 20 anos)

É importante, neste ponto, ressaltar que a maioria dos entrevistados buscavam esclarecer dúvidas sobre as leis que os asseguram, demonstrando interesse em dirimir a ignorância que os mantém à margem de seus direitos.

Resta referirmos àqueles que se mostraram melhor informados quanto ao amparo legal que reveste o concubinato. Pelo que se observa na Tabela V, é pequena a porcentagem que os incluem. Isto ocorre devido ao fato de que o respaldo por lei adquirido pelos casais informais é recente. Antigamente o concubinato era muito descriminado. Atualmente, está ocorrendo uma evolução, ainda que gradativa.

Alguns relatos vêm confirmar a descrição acima exposta:

“Para citar leis eu sou leigo, mas acredito que existem direitos tanto para o homem quanto para a mulher, principalmente se há filhos. Eu sei que os filhos tem toda a proteção dos pais no concubinato”. (M.P., 28 anos)

“Acho que sete anos juntos e ter dois filhos já é suficiente para ter direitos”. (R.T., 20 anos)

Entre os direitos já procurados pelos concubinos incluem-se: Dissolução de Sociedade de Fato, Pensão Alimentícia, Investigação de Paternidade, Guarda de Filhos e Divisão dos Bens.

A maior parte dos direitos requeridos vem acompanhada por separação. Os concubinos que procuravam por nosso setor vinham em busca de direitos que os garantiam, caso ocorresse uma possível separação.

A divisão de bens causa grande inquietação por parte dos usuários. Chegamos a atender casos em que uma parte ameaçava a outra de perder qualquer bem material caso desejasse a separação, alegando que não existia vínculo entre eles e que, portanto, nada tinham a dividir perante a lei.

Diante de quadros como este, procuramos esclarecer a situação, orientando-os devidamente para que cessasse o conflito. Sendo cabível, realizávamos acordos nos quais ambos assinavam um termo de compromisso.

Neste sentido, o Serviço Social exerce um papel de suma importância na instância jurídica, pois, com este trabalho, evitamos que inúmeros processos judiciais se somassem aos já existentes nas varas de família, que lá permanecem longa data até que se resolvam.

TABELA VI

O FATOR RELIGIÃO POR OCASIÃO DO CONCUBINATO

| Religião | Índice de Propensão à Filiação Religiosa |
|--------------|--|
| Católica | 57,15 % |
| Evangélica | 25,00 % |
| Protestantes | 10,71 % |
| Inexistentes | 7,14 % |
| Total | 100 % |

Fonte: Serviço Social das Varas de Família - Forum da Capital

Os dados fornecidos por esta tabela traz ao conhecimento de todos que a maioria absoluta dessas pessoas pratica ou associa-se a algum tipo de religião.

A reflexão que se faz é no sentido de que, por mais que estejam vinculadas à Igreja, não acreditam que a cerimônia religiosa tenha importância hoje. Ao contrário, definem a união assim elaborada como “arranjo” ou secundário:

“Sou católica, quando posso vou à missa. mas acho que casar na Igreja é arranjo”.
(C.J., 31 anos)

“Acho que a religião foi inventada pelo homem. Deus é um ser maior. quem sabe o mundo seria um pouco melhor se os homens acreditassem mais neles. Casar na Igreja é tradição. O casamento não tem nada a ver com religião”. (M.P., 28 anos)

“Eu acho que não tem nada a ver casar na Igreja. Muitas pessoas vivem muito bem sem casar, o importante é a confiança”. (C.P., 19 anos)

Outros porém, mesmo sendo minoria, idealizam o casamento tradicional, onde o matrimônio eclesiástico não se dissocia da união do casal:

“Sempre quis casar pela Igreja. É o sonho de toda mulher”. (E.M., 37 anos)

“Participo da Igreja Católica. Vou aos sábados e domingos buscar boas palavras de um padre. Eu sei que é pecado, mas muita gentes faz. Não me julgo culpado, porque erros humanos existem”. (M.A., 28 anos)

Embora 92,85% digam pertencer a um dos diversos tipos de Igreja, constatamos que poucos participam ativamente. Percebemos um descrédito em relação à sacralização do casamento eclesiástico, principalmente pelos católicos, apesar do concubinato atingir todas as religiões.

Uma das causas principais deste descrédito quanto ao casamento religioso é sua invalidade perante a lei. Somente a união entre um homem e uma mulher regida pelas leis civis é válida como casamento legítimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, foi possível situar o concubinato em um contexto geral, sempre buscando apreender os vários aspectos que o contextualizam, como a busca pela cidadania, ou seja, os direitos que os membros possuem, as conquistas da união de fato perante a lei (reconhecida como entidade familiar pela nova Constituição) acompanhados pelo banimento das discriminações que o envolvia.

Este trabalho foi norteado pela necessidade de identificar os fenômenos mais significativos que contribuem para a mudança nos rumos da família. Os estudos realizados permitiram a visualização de novos dados, bem como as razões que os provocam. Razões estas indicadas pela igualdade, vista como importante objetivo de casais que compõem o atual panorama familiar.

Neste contexto, aparecem as principais conclusões da presente pesquisa: 25% dos entrevistados apontam como principal motivo da opção pelo concubinato a não legalização do divórcio do 1º casamento; 67,85% dos casais concubinados entrevistados recebem até três salários mínimos e exercem profissões informais (a maioria absoluta); o índice de propensão ao casamento civil dos que vivem uma 2ª experiência conjugal chega a 28,57%; 92,85% conceituam o concubinato como família verdadeira e, por último, 78,56% conhecem a lei ou parte dela, além de demonstrarem grande descrédito pelo casamento religioso.

Outro fato constatado é que, apesar das pessoas pertencerem a determinada crença, e por vezes, até se dizerem dela participantes, colocam-se contra os princípios religiosos, pois vivem em concubinato, visto, pela Igreja, como decadência da família. A Igreja, com isso, representa as forças tradicionais.

A falta de recursos financeiros é um fator decisivo para que as pessoas optem pelo concubinato. Isto se deve à diminuição progressiva da renda familiar que não permite ao casal bancar compromissos sociais, tais como a festa, o enxoval e a lua de mel.

Os dados obtidos em nossa pesquisa vêm de encontro com informações de outros autores, como Bittencout, que menciona uma estimativa das famílias que se formaram em concubinato que gira em torno de 50% no total das famílias brasileiras.

Quanto aos membros pertencentes a estas famílias, geralmente a maior vítima é a mulher. Os filhos possuem total proteção, tanto por parte dos pais quanto pelo Estado.

A pesquisa permitiu verificarmos que o regime de concubinato, na maioria dos casais entrevistados, é adotado como um regime que não se realizou formalmente devido a questões como a desvinculação da afetividade com o fato contratual, fato este que constitui o casamento legal, ou, ainda para evitar a burocracia imposta por lei.

Diante de tantas mudanças pelas quais a família hoje passa, percebemos a necessidade da criação de um serviço para apoio e orientação dessas famílias. Utiliza-se, então, o serviço social para fazer um trabalho de resgate da condição de cidadania, principalmente das pessoas que não tem acesso às leis.

Com isso, seria possível fornecer alternativas para a família enfrentar de modo satisfatório as necessidades criadas em decorrência do concubinato, permitindo que muitas dessas demandas sejam resolvidas extra-judicialmente.

Não só os profissionais , mas toda a sociedade civil deve procurar acompanhar este processo evolutivo na luta por consolidar o caráter de família nas uniões não-institucionalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e combate a Pobreza**. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

ALMEIDA, Anna Augusta de. **Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Do Concubinato ao Casamento de Fato**. 1ª ed. Belém: Edições Cejup, 1986.

BARTLETT, Harriet M. **A base do Serviço Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. **A Família**. 4ª Ed. São Paulo: EUD Editora, 1987.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. **Concubinato**. São Paulo: ed. Universitária de Direito, 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Editora Revista dos Tribunais Ltda. 1ª Edição. São Paulo, 1989.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt & PEREIRA, Rosemary F. de Souza. **Cadernos de Ação - Serviços de Proteção Familiar**. São Paulo: CBIA, nº 05, Dez. 1994.

CÓDIGO CIVIL/ Organização de Textos, Notas remissivas e índice por Juarez de Oliveira - 38 ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

COLASANTI, Marina. **E por falar em Amor**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DEBATES SOCIAIS. Número Especial. **Família ontem, hoje e amanhã**. RJ: co-edição: CBCISS e REDE. nº 50/51. Ano XXVI 1º e 2º sem. 1991, 126 pgs.

Dialética da Família: Genese, Estrutura e Dinâmica de uma Instituição Repressiva. 4ª ed. São Paulo: ed. Brasiliense, 1985.

FELIPPE, Donaldo J. & ANDRADE JR., Samuel. **Direito de Família. Petições do dia-a-dia.** 5ª ed. São Paulo: Julex Livros, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1988.

HELLER, Agnes. A concepção de Família no Estado de Bem Estar Social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Ed. Cortez, nº 24, ano VIII, agos. 1987.

LEVENHAGEN, Antonio J. de Souza. **Do Casamento ao Divórcio.** São Paulo: Atlas, 1980.

NUNES, Eunice. Lei amplia direito e aproxima concubinato de casamento. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 09 abr. 1995. Cotidiano, 3º caderno, p. 2.

OLIVEIRA, Basílio. **O Concubinato e a Constituição Atual. Doutrina e Jurisprudência.** 3ª ed. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 1993.

PEDROTTI, Irineu Antonio. **Prática de Processo Civil.** Anotações, jurisprudência, formulários. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 1991.

PEDROTTI, Irineu Antônio. **Concubinato.** União Estável de acordo com a constituição federal de 1988. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito Ltda, 1994.

PRADO, Danda. **O que é Família.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Revista Literária de Direito. nº 4, ano I, Março/Abril 1995.

REYMÃO, Maria Eunice Garcia. **As Atribuições Profissionais do Assistente Social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

RIVOEIRA, Valéria. Juntando os Trapos. Os casamentos sem assinatura. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 06 jan. 1995. Variedades, p. 4-5.

SERAFIM, Marise Fernandes. **A Sociedade Conjugal: A Construção de um Novo Espaço de Direitos da Mulher**. Florianópolis, 1994. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social), Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

TOBÓN, Maria Cecília. A Família e a comunidade. Perspectivas de mudanças e alternativas de ação. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ed. Cortez, nº 22, ano VII, Dez. 1986.